



Ficha Limpa pode valer para cargo de confiança

Avança projeto que proíbe nomeação, no serviço público, de condenado pela Justiça ou cassado em conselho profissional

União, estados e municípios terão que seguir a Lei da Ficha Limpa quando contratarem comissionados no Executivo, Legislativo ou Judiciário, segundo projeto que segue para votação em dois turnos no Plenário.

Senadores da Comissão de Constituição e Justiça, que aprovou o projeto ontem, consideram que a proposta melhora padrões éticos. **3**



Geraldo Magela/Agência Senado

Para o relator da proposta, Eunício Oliveira (E), poder público deve "extirpar" quem comete ilícitos

CPI ouve cinco envolvidos com esquema de jogos ilegais 5

Cachoeira rejeita convite e não comparece ao Conselho de Ética 5

Rádio comunitária poderá levantar empréstimo no BNDES 7

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senadores Renan Calheiros, Romero Jucá, Eduardo Braga, José Sarney, José Pimentel e Marta Suplicy durante as votações ontem em Plenário

Senado recusará MP com prazo inferior a 10 dias 4

Plenário aprova contratos de órgãos federais e expansão do microcrédito

Sob protestos da oposição, o Senado aprovou ontem duas medidas provisórias. Uma prorroga contratos temporários de órgãos estatais, como o Ibama, o ICMBio e a EBC. A outra permite a expansão do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. **4**



Jayme Campos preside a CAS, que aprovou proposta de Ana Amélia relatada por Ana Rita

Vítimas de câncer de mama deverão ter IPI menor sobre carro adaptado

O benefício, previsto em projeto de lei da senadora Ana Amélia, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). E alcança

as pessoas submetidas à remoção de nodos linfáticos axilares ou inguinais que comprometam a mobilidade dos membros. **3**

Pietro França/Agência Senado

Representante do governo diz que alternativa a Belo Monte seria pior para meio ambiente 8



José Cruz/Agência Senado

Senadores questionam representantes do governo, de estabelecimentos de ensino e da sociedade civil

Sugestão de incentivo fiscal para bolsa em escola particular cria divergências

Em audiência na Comissão de Educação, secretário do MEC diz que, em outros países, sistema sugerido por dirigente de instituição

educacional apenas aprofunda desigualdades. Em vez disso, ele defende mais recursos para a educação e melhor piso salarial. **6**

Indústria e agronegócio defendem projeto que amplia uso dos portos privados 7

Até o início da noite de ontem, 24 propostas já haviam sido enviadas por internautas. Aquelas que obtiverem 20 mil apoios em quatro meses podem começar a tramitar no Congresso e virar lei

Portal e-Cidadania já tem sugestões de projetos de lei

NOVA FERRAMENTA DO Senado para ampliar o diálogo com a população, o Portal e-Cidadania, lançado na semana passada, já recebeu as primeiras sugestões de projetos de lei. Até o início da noite de ontem eram 24, abordando temas como eleições e trabalho temporário.

As propostas podem ser consultadas na página do portal. O internauta pode manifestar sua concordância clicando na proposta e no botão "Eu apoio!". Se receber 20 mil votos, a proposta pode começar a tramitar no Congresso e, eventualmente, se transformar em lei. Até ontem, a mais votada,

com 26 apoios, é a que prevê a possibilidade de envio de mensagens via celular para centrais 190 em emergências.

A apresentação de sugestões no portal é simples. Não é necessário conhecer a técnica legislativa. No formulário para envio deve-se identificar uma área temática, sintetizar a proposta no campo "ideia central", falar do problema que a ser enfrentado e detalhar a sugestão.

Antes de serem colocadas para votação dos internautas, as ideias são submetidas a uma análise para evitar propostas inconstitucionais ou que já estejam contempladas na legislação ou em outro projeto de lei. Por isso, pode demorar até sete dias para que a sugestão enviada seja publicada no site.

Aquelas que atingirem 20 mil apoios em quatro meses serão enviadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, iniciando a tramitação normal como projeto de lei.

Democracia on-line

Confira abaixo as 14 propostas de internautas que já obtiveram ao menos um apoio. A lista completa está no link <http://bit.ly/ideiasLegislativas>

IDEIA LEGISLATIVA	APOIOS
Torpedos SMS via celular para centrais 190	26
Contratação de pessoas para trabalhos de curta duração	9
Obrigar a divulgação do nome do suplente dos parlamentares	6
Regulamentar incisos I, II e III, § 4º, do artigo 40 da CF	4
Transparência nas doações feitas às igrejas	4
Aumento penal para delinquentes perigosos	2
Restrição ao uso do número no CPF apenas para a Receita	2
Laqueadura pelo SUS para baixa renda a partir dos 18 anos	1
Adicionar 1h ao fuso horário do Brasil	1
Obrigatoriedade de controle de estabilidade (ESP) nos carros	1
Eleições legislativas e executivas separadas	1
Poluição sonora	1
Discussão sobre troco de centavos que estão ficando pra trás	1
Fracasso escolar: alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação	1

Suplicy pede a Sarney que divulgue salários

Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), que divulgue as remunerações pagas pela Casa antes da regulamentação da divulgação dos salários dos servidores do Poder Executivo.

— Nós podemos, no Senado, dar o exemplo, como fez ontem [anteontem] o Supremo Tribunal Federal — afirmou, referindo-se à decisão do STF de divulgar os vencimentos de todos os seus servidores.

Em pronunciamento, Suplicy

disse que há mais de 20 anos defende a divulgação dos salários dos servidores públicos. No Senado, apresentou em 1991 um projeto (PRS 07/91) determinando a publicação da relação de servidores da Casa, assim como as remunerações.



Procurador Lucas Rocha, deputado Marco Maia, senador José Sarney, ministro Benjamin Zymler e ministra Gleisi Hoffmann

TCU aprova, com ressalva, contas de Dilma

Com 25 ressalvas e 40 recomendações, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem o relatório sobre as contas do governo federal em 2011, primeiro ano de mandato da presidente Dilma Rousseff.

Entre as ressalvas feitas, estão o atraso nas obras para a Copa do Mundo de 2014 e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A sessão extraordinária para

apreciação das contas, que têm como relator o ministro José Múcio Monteiro, foi acompanhada pelo presidente do Senado, José Sarney.

O parecer do TCU será enviado ao Congresso Nacional para julgamento, onde passará por exame da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que tem a competência de julgar as contas do presidente.

— Ele [o TCU] visa melhorar o controle do Congresso sobre

a administração pública. O que o Tribunal de Contas da União faz, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, é assessorar o nosso exame daquilo que é o mais importante na República, que é o Orçamento, que dispõe sobre receita e despesa — explicou Sarney.

Além dele, acompanharam a sessão o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, e a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

Paim defende votação rápida da PEC do Trabalho Escravo

A aprovação da PEC do Trabalho Escravo foi comemorada por Paulo Paim (PT-RS).



Wladimir Barrato/Agência Senado

A proposta, aprovada na véspera pela Câmara, permite a expropriação de imóveis rurais e urbanos onde a fiscalização encontrar exploração de trabalho escravo. A proposta volta para o Senado.

— Temos visto muitos casos na área rural, mas também muitas situações na própria área urbana. De 1995 a 2005, 45 mil pessoas foram libertadas da condição de trabalho escravo. Essa decisão da Câmara merece elogios. Vamos torcer para que o Senado a vote com rapidez.

Índios cintas-largas vivem na miséria, afirma Taques

Pedro Taques (PDT-MT) manifestou preocupação com o povo indígena cinta-larga,



Wladimir Barrato/Agência Senado

cujo território há dez anos tem sido palco de exploração ilegal de diamantes. Segundo ele, dos 2 mil cintas-largas que habitam reservas em Rondônia e Mato Grosso, a maioria está na miséria.

— Os índios estão passando fome, não têm saúde ou educação de qualidade. Suas moradias, quando existentes, são as mais precárias possíveis. Faltam estradas. Falta tudo. Deve ser um dos raros casos em todo o mundo em que uma riqueza serve apenas para trazer pobreza e sofrimento.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Parques nacionais

14h Tem prioridade de votação o projeto de lei de conversão (PLV 12/12) que altera os limites de três parques nacionais, três florestas nacionais e uma área de proteção ambiental.

PRESIDÊNCIA: Ouvidorias

11h José Sarney participa de cerimônia de assinatura do acordo entre as ouvidorias do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União; às 12h30, comparece a almoço oferecido pelo presidente do STJ, Ari Pargendler, à bancada do Amapá; às 16h, preside a ordem do dia.

CRA: Ministro Pepe Vargas

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove debate sobre os PLs 3/07 e 153/07, que tratam de cooperativas, com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e o secretário de Economia Solidária, Paul Singer.

CAS: Ministra Eleonora Menicucci

9h Debate sobre o percentual mínimo de participação de mulheres em conselhos de administração deve ter a presença da ministra Eleonora Menicucci (Políticas para as Mulheres).

CDH: Estupro e pedofilia

9h A comissão analisa, entre outros, projeto da CPI da Pedofilia que agrava pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor quando cometidos contra a criança.

CI: Combustível vegetal

9h Comissão analisa, entre outros, projeto que altera o Código de Aviação Brasileiro de Aeronáutica para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira.

DIREITO SANITÁRIO: Regulação

9h-18h A Consultoria Legislativa do Senado e a Fiocruz promovem o 2º Seminário de Direito Sanitário — a produção normativa em saúde: políticas setoriais e regulação, no auditório do Interlegis.

CDR: Fundo do Entorno do DF

10h Na pauta da comissão está o projeto que cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal. Antes da reunião, será eleito o vice-presidente do colegiado.

CRE: Acordos internacionais

10h Aprecia acordos internacionais firmados com Jamaica, Zimbábue, Albânia e Guiné-Bissau sobre o exercício da atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático.

CÓDIGO PENAL: Crimes tributários

10h A comissão de juristas que elabora anteprojeto do Código Penal delibera sobre crimes tributários, previdenciários e licitatórios.

CPI DO CACHOEIRA: Depoimentos

10h15 Comissão ouve José Olímpio de Queiroga Neto, Gleyb Ferreira, Wladimir Garcez, Lenine Araújo de Souza, Idalberto Mattias de Araújo e Jairo Martins.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/te) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Carro adaptado a vítima de câncer pode ter IPI menor

Pessoas submetidas à remoção total ou parcial de nodos linfáticos axilares ou inguinais que comprometam a mobilidade dos membros poderão receber desconto no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de carros adaptados. É o que prevê projeto de lei de Ana Amélia (PP-RS) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa — que não passa pelo Plenário.

Ao justificar o projeto (PLS 241/11), Ana Amélia explicou que, em cirurgias para tratamento do câncer de mama, pode ocorrer uma retirada radical dos linfonodos axilares para evitar reincidência ou propagação da doença.

No entanto, o procedimento causa acúmulo de líquidos (linfedema) em até 40% das

mulheres. A disfunção pode evoluir para deformidades e limitação dos membros. Isso exige que essas mulheres conduzam veículos adaptados.

A proposta altera a lei sobre isenção de IPI na aquisição de automóveis para incluir os pacientes com nodos entre os beneficiários. Emenda da relatora, Ana Rita (PT-ES), deixa claro que o direito será concedido na hipótese de o procedimento ou doença resultar em limitação dos movimentos.

Ana Amélia informou que o Rio Grande do Sul é o estado com maior incidência de câncer de mama do Brasil, e que a doença ainda tem alto índice de ocorrência no país. A senadora ressaltou que a proposta foi elaborada a partir de sugestão da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama).



Ana Amélia, Paulo Paim, Ana Rita e Paulo Davim durante a reunião da CAS

Comissão participará de debate sobre cuidadores de idosos

A Comissão de Assuntos Sociais vai participar, em São Paulo, de debate sobre a regulamentação da profissão de cuidador de idoso, a pedido de Marta Suplicy (PT-SP), relatora do projeto de lei que visa regular a atividade. O evento acontecerá em 1º de junho, na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).

Marta explicou que especialistas da PUC e da Universidade de São Paulo (USP) pediram a discussão do assunto. Ela disse que o curso de cuidador de idoso é oferecido em outras quatro universidades paulistas.

A senadora informou a criação da primeira associação de cuidadores de idosos do estado de São Paulo e disse que os especialistas querem contribuir com sugestões ao PLS 284/11, de Waldemir Moka (PMDB-MS).

Segundo a proposta, poderá exercer a profissão pessoa maior de 18 anos, com ensino fundamental completo e curso de cuidador reconhecido pelo Ministério da Educação.

Acatadas regras para clonagem de animais domésticos

Regras para pesquisa, produção, importação, liberação no meio ambiente e comercialização de clones de animais domésticos de interesse zootécnico foram aprovadas ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Pela proposta (PLS 73/07), o fornecimento de material genético animal e de clones estará restrito a pessoa jurídica registrada em órgão público federal. A atividade estará sujeita a controle dos animais doadores para registro de propriedade e de identificação genética.

O relator, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), manteve substitutivo, de sua autoria, que modifica o projeto original, da senadora Kátia Abreu (PSD-TO).

Entre as alterações propostas, está a possibilidade de produção de clones de animais silvestres nativos do Brasil, desde que autorizada por órgão ambiental federal.

O texto vai para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).



Eunício (D) foi favorável à proposta que, segundo ele, contribuirá para tirar do serviço público quem comete ilícitos

Ficha Limpa pode atingir os cargos de confiança

Segue para votação no Plenário projeto que proíbe nomeação no serviço público — federal, estadual e municipal — de profissional condenado pela Justiça ou cassado pelo conselho de sua categoria

CONDENADOS PELA JUSTIÇA em segunda instância e profissionais cassados por conselhos profissionais poderão ser impedidos de assumir cargos em comissão no serviço público com base na Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10). Cargo em comissão é aquele preenchido por nomeação de autoridades como prefeitos, ministros, parlamentares e presidente da República, sem aprovação em concurso público.

Ontem a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC 6/12) proibindo que esses cargos sejam ocupados — no Executivo, Legislativo ou Judiciário de União, estados e municípios — por quem está enquadrado na inelegibilidade da Ficha

Limpa por atos de improbidade administrativa. A proposta agora passará por dois turnos de votação no Plenário.

Segundo o autor da proposta, Pedro Taques (PDT-MT), a Controladoria-Geral da União (CGU) já estuda a edição de um decreto aplicando a Lei da Ficha Limpa na nomeação de servidores federais condenados pela Justiça. Ele alega que sua proposta tem a intenção de resguardar o princípio constitucional da moralidade na administração pública, e não de buscar uma punição antecipada.

Ética e moralidade

O relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), considerou a proposta “um importante passo para garantir ética, probidade e moralidade no âmbito da

administração pública”.

— A Lei da Ficha Limpa representou significativo avanço democrático. Do mesmo modo, a adoção da ficha limpa na nomeação de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança no serviço público, como ora se propõe, contribuirá sobremaneira para extirpar da administração pública aqueles que cometem ilícitos envolvendo o dinheiro e os demais bens públicos — destacou Eunício quando leu seu parecer.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Luiz Henrique (PMDB-SC), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Armando Monteiro (PTB-PE) reconheceram a importância da proposta para o aperfeiçoamento institucional e a melhoria dos padrões éticos no serviço público.

Rollemberg pede aprovação rápida da proposta no Plenário

Rodrigo Rollemberg pediu que o Plenário do Senado aprecie a PEC 6/12 o mais rápido possível. Ele afirmou que o Brasil vem consolidando e aprofundando sua democracia e ressaltou que, além da Ficha Limpa, vários avanços legais foram registrados, como a Lei da Transparência, a Comissão da Verdade e a Lei de Acesso à Informação.



Waldemir Boreiro/Agência Senado

— A medida certamente vai contribuir para melhorar a qualidade do serviço público brasileiro, da mesma forma como a Lei da Ficha Limpa está contribuindo para melhorar a política do Brasil — disse o senador.

Rollemberg ressaltou que a medida, se transformada em lei, vai valer para o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

AUTORIZADA CRIAÇÃO DE VARAS DO TRABALHO

A CCJ aprovou ontem a criação de três varas no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª Região, sendo uma em Brasília e duas em Taguatinga (DF). A proposição (PLC 13/12) vai a Plenário com pedido de urgência. O projeto autoriza a criação de três cargos de juiz do Trabalho e a transformação, sem aumento de despesa, de 20 funções comissionadas em três cargos em comissão. Também foi aprovado o PLC 33/12, que transforma 54 cargos de promotor de Justiça adjunto em um cargo de promotor de Justiça e 50 cargos de promotor de Justiça no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Remuneração de depósitos judiciais avança sob polêmica

A remuneração dos depósitos judiciais gerou polêmica, ontem, na Comissão de Constituição e Justiça. De um lado, defensores do parecer favorável de José Pimentel (PT-CE) a projeto de lei da Câmara (PLC 24/12) que estabelece a aplicação desses recursos preferencialmente em bancos estaduais, na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil. Do outro, apoiadores do voto em separado de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) que pretendia permitir a captação também por bancos privados. Depois de muita discussão, a comissão aprovou o relatório de José Pimentel.

Indenização trabalhista deve ficar livre de IR sobre juros

Os juros de mora recebidos pelo trabalhador em razão de atraso no pagamento de sua remuneração ou indenização não serão considerados como renda para fins de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). É o que determina o projeto de lei de Valdir Raupp (PMDB-RO) aprovado ontem na CAS. Ao justificar a proposta, o parlamentar destacou que os juros, de acordo com o Código Tributário Nacional, não representam renda do trabalhador, mas somente a reparação financeira pelo tempo em que ele não pôde ter acesso ao recurso que lhe era devido.

Senado aprova medida provisória que amplia vigência de contratos do Ibama, do ICMBio, do FNDE e da EBC que se encerrariam neste ano; para Alvaro Dias, prorrogação por meio de MP não é adequada

Contratos temporários da União são prorrogados

OS SENADORES APROVARAM ontem a Medida Provisória 555/11, que ampliou o prazo de vigência de 91 contratos temporários de órgãos da União. Os contratos são do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

— Os contratos, relacionados a serviços públicos de grande valor, não devem sofrer solução de continuidade enquanto não forem realizados concursos públicos destinados aos trabalhos — argumentou o relator, Gim Argello (PTB-DF).

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), a prorrogação por medida provisória afronta a Constituição, pois não atende aos requisitos de urgência.

— São órgãos estatais, instituições públicas aparelhadas partidariamente, muitas vezes transformadas em cabide de empregos — criticou.

Nos casos do Ibama, do ICMBio e do FNDE, o Executivo prorroga até 31 de dezembro de 2012 o prazo para a vigência de 91 contratos temporários de cooperação técnica.

No Ibama e no ICMBio, os projetos têm por objetivo o desenvolvimento de novos processos de conservação dos ecossistemas. No FNDE, são voltados à expansão da educação em todos os níveis.

A medida foi relatada na Câmara pelo deputado Décio Lima (PT-SC), que recomendou a aprovação do texto original e a rejeição das emendas. Ele afirmou que a proposta vai garantir a continuidade de serviços estatais. A MP perderia a vigência no próximo dia 31.

A medida prorroga por dois anos, a partir de 31 de dezembro de 2011, o contrato de gestão da Secretaria de Comunicação Social da Presidência com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp). Criada em 2008, a EBC assinou o contrato com a Acerp, que deveria ter duração de três anos. Segundo o governo, o prazo não foi suficiente para que a EBC assumisse a produção dos conteúdos da associação.



Eduardo Braga, líder do governo no Senado, fala em sessão plenária em que senadores aprovaram medida provisória

Senadores aprovam expansão do microcrédito

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 11/12 (oriundo da Medida Provisória 554/11), que autoriza a União a conceder subvenção econômica a instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado.

A matéria vai para a sanção da presidente da República.

O objetivo da medida é expandir o Programa Nacional

de Microcrédito Produtivo Orientado, subvencionando parte dos custos decorrentes da contratação e acompanhamento dessas operações pelas instituições financeiras que praticarem taxas de juros de 8% ao ano ao tomador final.

De acordo com o PLV, a metodologia e os limites da equalização anual por instituição financeira interessada em operar com o programa serão definidos anualmente por portaria do Ministério da Fazenda,

com limite de R\$ 500 milhões anuais. A estimativa é que 3,5 milhões de empreendedores tenham sido beneficiados ao final de 2013.

Para Waldemir Moka (PMDB-MS), relator-revisor da matéria, a medida pode estimular a economia.

— É importante, pois pode gerar trabalho e renda.

O PLV também autoriza a utilização dos recursos da Cide e de outras fontes para financiar a estocagem de etanol.

Na Câmara, duas MPs perto de caducar

O presidente do Senado, José Sarney, reafirmou a disposição em não aceitar da Câmara medidas provisórias com menos de dez dias para o vencimento.

A pedido de Gim Argello (PTB-DF), Sarney reforçou posição adotada em 2011, após reação dos senadores ao comportamento da Câmara.

O limite imposto pelo Senado também se deveu à demora da Câmara em analisar a

PEC 11/11, que muda o rito de tramitação das MPs, aprovada por unanimidade pelo Senado em agosto de 2011.

— A Presidência tem procedido assim, e continuará a fazê-lo — afirmou Sarney.

Relator da MP 555/11, aprovada ontem, Gim Argello informou que as MPs 556/11 e 557/11, editadas em dezembro, ainda não foram votadas pelos deputados. Ambas têm

validade até 31 de maio.

Para Sarney, “é um absurdo” os deputados gastarem todo o prazo e deixarem poucos dias para os senadores. Segundo Gim, o Senado precisa de tempo para analisar as MPs.

A MP 556/11 amplia o rol dos adicionais isentos da contribuição previdenciária e a MP 557/11 cria um sistema de acompanhamento de gestantes, para prevenir mortes.

Com 20 anos de STJ, ministro Asfor Rocha é homenageado por senadores em Plenário

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Cesar Asfor Rocha (foto) foi homenageado ontem em Plenário por vários senadores. O magistrado comemora nesta semana 20 anos no STJ. A homenagem foi iniciada por Renan Calheiros (PMDB-AL), que lembrou que Asfor Rocha proferiu mais de 140 mil votos como relator, sendo o ministro que mais julgou na história do tribunal.

O presidente do Senado, José Sarney, que juntamente com outros senadores compareceu terça-feira à cerimônia de inclusão da foto de Asfor Rocha na galeria de ex-presidentes do STJ, disse que a Casa fazia um “ato de justiça” ao homenageá-lo.

— Ele é um exemplo na magistratura nacional. Uma inteligência extraordinária, um professor brilhante e que só tem dado exemplos

de honradez, de critérios e de decisões as melhores que o tribunal possa ter tomado — disse Sarney.

Eunício Oliveira (PMDB-CE) afirmou que a figura ilustre de Asfor Rocha honra todos os cearenses.

A homenagem teve o apoio de outros senadores, como Aécio Neves (PSDB-MG), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Fernando Collor (PTB-AL), Inácio Arruda (PC do B-CE),

Jorge Viana (PT-AC), José Pimentel (PT-CE), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Romero Jucá (PMDB-RR) e Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Mestre em Direito, Cesar Asfor Rocha tem os títulos de notório saber jurídico e de professor *honoris causa* da Universidade Federal do Ceará, onde lecionou direito civil.



Luiz Antônio SCO/STJ

Plenário acolhe 3 indicados por Dilma para compor Cade

O Plenário do Senado aprovou as três indicações da presidente Dilma Rousseff para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Vinícius Marques de Carvalho teve seu nome aprovado para presidir o órgão, com 53 votos a favor, 9 contrários e 1 abstenção. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo foi aprovado para o cargo de superintendente-geral, com 47 votos favoráveis, 9 contrários e 1 abstenção. Alessandro Serafin Octaviani Luis foi reconduzido como conselheiro, com 47

votos a favor e 12 contra.

As indicações haviam sido aprovadas pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), após sabatina dos indicados.

O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), elogiou os conselheiros e informou que dois deles tinham sido sabatinados antes. Também manifestaram apoio Renan Calheiros (PMDB-AL), Romero Jucá (PMDB-RR), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Aécio Neves (PSDB-MG) e Eduardo Suplicy (PT-SP).



Alessandro Luis, Vinícius de Carvalho, Delcídio do Amaral e Carlos Ragazzo

NOVOS EMBAIXADORES PARA NICARÁGUA E NORUEGA

O Plenário do Senado aprovou ontem as indicações para os cargos de embaixador do Brasil na Nicarágua, Luiz Felipe Mendonça Filho, e na Noruega, Flávio Helmod Macieira.

Os nomes haviam sido aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na quinta-feira da semana passada, após sabatina dos indicados. A aprovação dos embaixadores agora será comunicada à presidente da República, Dilma Rousseff.

CINCO ACORDOS INTERNACIONAIS DE COOPERAÇÃO SÃO APROVADOS

Foram aprovados ontem em Plenário, e seguem para promulgação, cinco acordos do Brasil — com a Romênia (PDS 63/12, sobre atividade remunerada de dependente de membro de missão diplomática ou repartição consular), com a Libéria (PDS 68/12, semelhante), com a Ucrânia (PDS 69/12, de cooperação cultural), com o Conselho Federal Suíço sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia (PDS 70/12), e com os países membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (PDS 122/12, de amizade).



Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares em reunião do Conselho de Ética

Cachoeira se recusa a ir ao Conselho de Ética do Senado

O Conselho de Ética recebeu um ofício do advogado Márcio Thomaz Bastos informando que seu cliente Carlinhos Cachoeira não compareceria à reunião do colegiado na tarde de ontem.

O contraventor, indicado como testemunha de defesa do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO), rejeitou o convite para prestar depoimento alegando o mesmo motivo que o fez permanecer em silêncio na sessão da CPI mista realizada anteontem no Senado: o direito constitucional de permanecer calado.

Ele justifica no documento que suas declarações poderiam repercutir na ação penal em trâmite na 11ª Vara de Seção Judiciária de Goiás

em que figura como réu. Suas audiências na Justiça estão marcadas para 31 de maio e 1º de junho.

Diferentemente da CPI, o Conselho de Ética não tem a prerrogativa de convocar testemunhas para depor, apenas convidá-las.

Na semana que vem, o conselho ouvirá Demóstenes Torres. O depoimento do senador foi transferido do dia 28 para o dia 29, a pedido do relator, Humberto Costa (PT-PE).

O advogado do senador, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, tem afirmado que ele comparecerá.

— Demóstenes vem. Ele tem que prestar satisfação a seus pares — disse Almeida Castro.

Demóstenes estuda pedir perícia de áudios à Justiça

O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, responsável pela defesa do senador Demóstenes Torres, insiste na existência de irregularidades nos áudios, gravados durante operações policiais, que comprometem o parlamentar.

Ele não descartou a possibilidade de recorrer ao Judiciário para que seu pedido de perícia nas gravações seja realizado.

Demóstenes enfrenta um processo no Conselho de Ética do Senado por supostas ligações com Carlinhos

Cachoeira, preso pela PF acusado de liderar uma organização responsável por corrupção ativa, fraudes em licitações e outros crimes.

— Contratamos um perito, que identificou problemas como acréscimos e supressões de diálogos. Sabemos que o julgamento neste conselho é político, mas existe o direito constitucional à ampla defesa, que precisa ser respeitado. Vou conversar com o senador nos próximos dias. Pode ser que ele não queira esse tipo de enfrentamento, levando o caso ao Judiciário — disse.

Eduardo Braga: quatro anos da morte de Jefferson Peres



Eduardo Braga (PMDB-AM) homenageou Jefferson Peres, falecido há quatro anos em pleno exercício do mandato de senador.

— Peres foi um raro exemplo de cidadão e de político. Honrou o Amazonas, o Senado e a política brasileira. Deixou um legado de correção e de combate diuturno a todas as formas de corrupção — disse.

Casildo Maldaner (PMDB-SC), Pedro Taques (PDT-MT) e Cristovam Buarque (PDT-DF) apoiaram a homenagem.

Jayme Campos destaca papel fiscalizador do Congresso

A fiscalização dos atos do governo, por meio de comissões parlamentares de inquérito e do acompanhamento da máquina burocrática, é uma das maiores responsabilidades do legislador, avaliou Jayme Campos (DEM-MT). As CPIs, lembrou, integram o contexto institucional brasileiro desde 1934, “mas foi com a Constituição de 1988 que elas se firmaram com elevado grau de soberania e amplo poder de investigação”.

O senador disse que, hoje, esse trabalho é reforçado pelas redes sociais.

Bauer critica resolução sobre previdência complementar

“Ao permitir que eventual superávit apurado em plano de benefícios de caráter previdenciário seja devolvido ao patrocinador desse plano, a Resolução 26/08 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar contraria vários dispositivos legais”, afirmou Paulo Bauer (PSDB-SC). O senador anunciou ter proposto a revogação de vários artigos da resolução e disse ainda que há distorções no fundo de pensão Previ, dos funcionários do Banco do Brasil.



Romero Jucá reafirma seu apoio à Defensoria Pública

Romero Jucá (PMDB-RR) falou da homenagem que recebeu da Defensoria Pública de seu estado em 19 de maio. Ele lembrou que a prestação de assistência jurídica é fundamental para a população mais pobre:

— Mais de 70% da população brasileira não tem condição de pagar advogado — disse.

Jayme Campos (DEM-MT), em aparte, elogiou o “trabalho exemplar” da Defensoria Pública de seu estado e o esforço de Jucá por melhores condições de atuação dos defensores.

Informações da Operação Saint Michel comprovam que diretores regionais da construtora ligada a Cachoeira tinham autorização para operar as contas da empresa em todo o país, informa parlamentar

CPI: novos dados sugerem acesso à Delta nacional

A CPI DO Cachoeira deve receber nos próximos dias dados da Operação Saint Michel, realizada em abril pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). A operação descobriu tentativa do grupo de Carlinhos Cachoeira de fraudar licitações de bilhetagem eletrônica no transporte de Brasília e região.

As informações, segundo o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), abrem caminho para acesso da CPI a dados bancários e fiscais da Delta Construções em todo o país. A quebra dos sigilos foi autorizada pela 5ª Vara Criminal de Brasília.

— Os dados vão comprovar que os diretores regionais Cláudio Abreu e Heraldo Pucini tinham autorização para operar as contas nacionais da empresa. Isso comprova a necessidade de se investigar a fundo a Delta nacional — disse o deputado.

O relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG), reconheceu haver indícios de que Abreu podia movimentar contas da empresa com sede no Rio de Janeiro. A quebra

Próximos passos		
Para os próximos dias, são os seguintes os compromissos dos senadores e deputados da CPI mista e do Conselho de Ética, que analisa representação contra Demóstenes Torres por suposta quebra de decoro parlamentar:		
Hoje	10h15	Depoimento de Jairo Martins de Souza, Idalberto Matias de Araújo (Dadá) e Wladimir Garcez na CPI.
29/5 (terça)	9h15	Depoimento de Demóstenes Torres no Conselho de Ética.
	14h	Depoimento de Cláudio Abreu, ex-diretor regional da Delta Centro-Oeste na CPI.
30/5 (quarta)	10h15	Depoimento de José Olímpio de Queiroga Neto, Gleyb Ferreira e Lenine Araújo de Souza na CPI.
31/5 (quinta)	10h15	Depoimento de Demóstenes na CPI.

dos sigilos da Delta em âmbito nacional e a convocação do ex-sócio da empresa, Fernando Cavendish, foram os principais pontos de divergência na última reunião administrativa da CPI. O assunto deve render novos debates no encontro que a comissão promove hoje.

Silêncio

Diante do silêncio de Cachoeira na CPI e da possibilidade de outros depoentes fazerem o mesmo, os integrantes da comissão já ressaltaram a importância das provas documentais.

— Somente agora estamos começando a receber as quebras de sigilo aprovadas na semana passada. Não podemos nos fiar apenas nos depoimentos — afirmou o deputado Paulo Teixeira (PT-SP).

Terça-feira, por 3 votos a 1, os ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiram manter o contraventor preso ao negar um *habeas corpus* impetrado pela defesa. Cachoeira está detido preventivamente desde 29 de fevereiro, após a Operação Monte Carlo, da Polícia Federal.

Mozarildo elogia ação policial em Roraima



A Operação Salmo 96:12, realizada pela Polícia Federal em Roraima, foi elogiada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador disse que o alvo são servidores públicos, madeireiros e empresários

envolvidos com o desmatamento ilegal. Segundo Mozarildo, a investigação durava um ano e constatou uma rede de fraudes e corrupção que procurava “dar ar de legalidade” a documentos irregulares. Em ação realizada ontem, a operação prendeu servidores do Ibama, do Inkra e de órgãos estaduais que vão responder por corrupção, prevaricação, extração ilegal de madeiras e outros crimes. Mais de cem pessoas foram indiciadas.

Jarbas cobra depoimento de Fernando Cavendish

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) afirmou que a “intensa e comprovada ligação” da construtora Delta com o “esquema criminoso de Carlinhos Cachoeira” torna inevitável que a CPI investigue as atividades da empreiteira de forma ampla e convoque para depor seu dono, Fernando Cavendish. Tão logo explodiu o escândalo, Cavendish vendeu por apenas R\$ 1 a empresa, que tem contratos com o governo federal e diversos estados.

Jarbas disse que a Delta é a principal empreiteira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal e recebeu R\$ 884 milhões da União só em 2011.



Suplicy elogia coragem de Xuxa Meneghel

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário, na terça-feira, uma carta endereçada à apresentadora de TV Xuxa Meneghel, elogiando a postura dela em revelar, em entrevista ao programa *Fantástico* do último domingo, abusos sexuais sofridos na infância.

Segundo o senador, o exemplo de Xuxa pode ajudar a combater o abuso infantil e incentivar outros jovens a denunciar situações de exploração sexual.

— Respeito você mais do que antes porque respeito a sua coragem. É muito difícil que uma mulher faça o que você fez para milhões de espectadores, sendo muitos deles ex-crianças que têm você como uma fada.



Suplicy lê trecho de carta endereçada à apresentadora

Paulo Davim comemora Lei Joana Maranhão



O senador Paulo Davim (PV-RN) comemorou a publicação, na semana passada, da Lei Joana Maranhão (Lei 12.650/12), que muda o prazo de prescrição de crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Agora, o prazo de prescrição passa a contar quando a vítima completar 18 anos, a não ser que tenha havido uma proposta de ação penal anteriormente.

A lei foi apelidada com o nome da nadadora pernambucana que denunciou seu treinador, depois de adulta, por abuso sexual quando ela era criança.

Secretário do MEC critica proposta de professor alegando que incentivos fiscais para instituições particulares que derem vaga a estudante carente aprofundariam as desigualdades educacionais

Bolsa em escolas privadas gera debate em audiência

A SUGESTÃO PARA que escolas particulares do ensino fundamental e médio também ofereçam bolsas a estudantes pobres por meio de incentivos fiscais motivou controvérsia ontem em audiência pública na Comissão de Educação (CE).

— Esse é um caminho plausível e que pode gerar certo consenso na sociedade brasileira — considerou o diretor executivo do Grupo Ibmecc Educacional, professor Fernando Schüler.

Ele apontou como um bom exemplo o Programa Universidade para Todos (Prouni), que concede bolsa em universidades privadas para estudantes de baixa renda oriundos da rede pública. Pelas bolsas, as instituições ficam dispensadas de diversos tributos.

O secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Antonio Cesar Callegari, disse que o professor sugere o “sistema de *voucher*”, que sofre críticas nos países em que é implementado.



Callegari, senador Paulo Bauer, Schüler e Priscila: divergências sobre a proposta

— A crise mais evidente, até porque mais recente, foi a do Chile, onde o sistema nada mais fez do que aprofundar as desigualdades em termos educacionais — disse.

Em resposta a Cyro Miranda (PSDB-GO), que perguntou se mais dinheiro resolverá o problema, Callegari disse que essa não é a única questão, mas defendeu mais recursos à educação. Ele apontou como prioridade investimentos em formação inicial e continuada, defendendo aumento firme no piso salarial do professor.

Cyro e Ana Amélia (PP-RS)

mencionaram as dificuldades dos estados e prefeituras para pagar o piso. Com relação ao financiamento, Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu que 50% dos futuros recursos do Fundo do Pré-Sal sejam destinados à educação.

A diretora executiva do Movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, destacou que a taxa de atendimento escolar da população de 4 a 17 anos avançou de 83,8% para 91,5% em dez anos, até 2010. No entanto, disse, dados gerais escondem grandes desigualdades regionais e por segmento de renda.

Inácio Arruda cobra mais recursos para educação pública



Educação pública é estratégica no projeto de desenvolvimento de um país, disse ontem Inácio Arruda (PCdoB-CE). Ele defende proposta que destina à educação 50% dos *royalties* do pré-sal.

— Nenhuma nação do mundo, nem China, nem Índia, nem Japão, avançou sem investimento maciço em educação e sem criar imposto novo — disse o senador.

Para Lídice, 10% do PIB deve ir para o ensino público

Lídice da Mata (PSB-BA) propôs que o Brasil invista 10% do produto interno bruto (PIB) em educação básica.

— Só assim sairemos do apagão de mão de obra e alcançaremos os países desenvolvidos no que diz respeito ao crescimento da educação pública — afirmou a senadora.

Ela defende que pelo menos 50% dos *royalties* do pré-sal sigam para a educação básica.



Wellington alerta sobre o perigo das drogas



O consumo de substâncias psicoativas é um dos principais problemas de saúde do mundo, segundo Wellington Dias (PT-PI). Ele disse que estudos mostram que a dependência química afeta 6% da população mundial. No Brasil, há cerca de 1,8 milhão de pessoas que consomem drogas.

O senador afirmou que o poder destrutivo do *crack* é maior e que, pelo baixo custo, tem mercado cativo. Ele lembrou que hoje o *crack* atinge pequenas cidades e até comunidades rurais.

— Em 91% dos municípios brasileiros, não há programa de recuperação para dependentes do *crack* — afirmou.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Audiência no Senado discutiu projeto que permite uso de portos privados por terceiros; relator da proposta é contra mudança

Indústria e agronegócio pedem liberação de portos privados

O PROJETO DE lei que permite a exploração de portos particulares para uso geral favorece o aumento do investimento privado no país.

A avaliação foi feita pelo gerente de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Wagner Ferreira Cardoso, na audiência pública que discutiu o PLS 118/09, da senadora Kátia Abreu (PSD-TO), nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional (CDR).

— A indústria precisa de porto para crescer, e as restrições para investimentos privados no decreto [Decreto 6.620/08, o atual marco regulatório] são prejudiciais — afirmou.

O projeto, porém, foi rejeitado pelo relator da matéria, senador Jorge Viana (PT-AC). Em sua análise, alega que o texto promove assimetrias e pode comprometer a competição econômica.

Ele entende não ser apropriado estender às instalações portuárias de uso privativo função idêntica àquela reservada aos terminais de uso público.

Como os de uso privativo não estão sujeitos aos princípios gerais de interesse público, haveria importantes assimetrias de custos de operação e de encargos regulatórios caso se admitisse um movimento indiscriminado de



Richard Klien, Luiz Fayet, Mário Lima, Benedito de Lira, Lúcia Vânia, Wilen Manteli e Wagner Cardoso

cargas de terceiros nos portos privados.

O consultor para Logística de Transporte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Luiz Antônio Fayet defendeu os portos privados:

— Encontrar um porto seguro como o Brasil para investir no setor portuário atrai dinheiro de todo o mundo.

O Brasil conta hoje com 34 portos públicos marítimos e 118 privados, exclusivos ou mistos, que movimentam 800 milhões de toneladas anuais, disse o representante da Secretaria de Portos da Presidência da República, Mário Lima Júnior. Cerca de 35% das cargas são movimentadas em portos públicos, e os 65% restantes em terminais privados,

de empresas como Petrobras e Vale.

O diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, Wilen Manteli, disse que “a Vale e a Petrobras não teriam expressão mundializada sem esses terminais”.

— É preciso acabar com a briga de porto público e porto privado. Eles são complementares — afirmou.

Autora do requerimento da audiência, Kátia Abreu afirmou que “um decretozinho amaldiçoou os portos depois de 200 anos abertos por dom João VI”.

— Não temos dinheiro para investimentos em nossas estradas, ferrovias e hidrovias. Precisamos da iniciativa privada para cobrir a ausência do governo.

Anac é “caixa de ressonância” das empresas aéreas, critica sindicato

Em audiência da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil com sindicatos e associações de trabalhadores, sobressaíram as opiniões de que a Política Nacional de Aviação Civil (Pnac) e a legislação trabalhista que rege

o setor não são cumpridas.

O presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Gelson Dagmar Fochesato, disse que metade das 2,5 mil denúncias apresentadas pelos sindicatos se refere ao descumprimento de escalas,

mas a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) não toma providências.

Afirmou que a escala dos aeronautas tem de ser mensal, mas muitas companhias mudam a escala diariamente.

O presidente da Associação Nacional dos Aeronautas, João Pedro Leite, afirmou que a escala dos aeronautas brasileiros “é uma farsa”. Segundo ele, “a maioria esmagadora das empresas aéreas brasileiras descumprem a legislação descaradamente”.

A presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Balbino, afirmou que a Anac funciona como “caixa de ressonância do que as empresas aéreas querem que seja implantado”.

— O interesse das empresas se coloca à frente do interesse da sociedade.



Paulo Licati, senador Vicentinho Alves e Selma Balbino: debate da Subcomissão sobre Aviação Civil

Marta diz que PSDB ignora transporte público em São Paulo

No dia em que uma greve dos metroviários deixou milhões sem transporte em São Paulo, a senadora Marta Suplicy (PT-SP) voltou a criticar a gestão do PSDB, que governa o estado desde 1995 e que, para ela, fez muito pouco para melhorar o transporte na cidade: “São anos sem dar um encaminhamento ao transporte de massa”.

Para Casildo, renda do petróleo deve ser repartida com justiça

Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu uma reforma nos critérios de distribuição dos royalties do petróleo que contribua para reduzir a “perversa concentração” de recursos na União e em alguns estados: “Os frutos dessa riqueza devem cumprir uma função social de justiça e de instrumento de indução ao desenvolvimento nacional”.

Viana defende juros menores para fundos de fomento regionais

O senador Jorge Viana (PT-AC) disse que o governo precisa reduzir os juros de financiamentos concedidos com dinheiro dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste: “Peço que a presidente mude os juros desses fundos, porque agora, com os juros menores dos bancos, os dos fundos não estão tão atrativos”.

“PT mudou a vida real das pessoas”, afirma Lindbergh

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou ontem que os dois mandatos de Lula na Presidência e a gestão de Dilma Rousseff contribuíram para melhorar o Brasil. — Nós [do PT] mudamos a estrutura da economia brasileira criando um grande mercado de consumo de massas. Mudamos a vida real das pessoas.

Renan parabeniza Mantega por estar aberto ao debate

Renan Calheiros (PMDB-AL) parabenizou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, na terça-feira, pela postura em debate no Senado. Para o senador, Mantega tem demonstrado plena disposição de debater publicamente os caminhos da política econômica brasileira e os cenários duvidosos do exterior.

Avança projeto que permite a rádio comunitária obter financiamento do BNDES

As entidades prestadoras de serviços de radiodifusão comunitária poderão obter financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

É o que prevê um projeto de lei (PLS 556/07) aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O texto será ainda submetido a votação suplementar pela comissão.

Segundo a proposta, os recursos poderão ser utilizados para aquisição de equipamentos, modernização de instalações, produção de programas culturais e educativos, ações de formação profissional e apoio à atuação de conselhos comunitários.

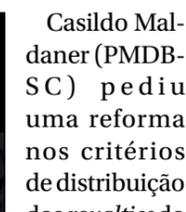
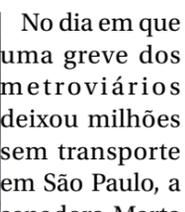
As regras para a concessão dos financiamentos constam de substitutivo elaborado pelo relator do projeto, senador Walter Pinheiro (PT-BA). O projeto é de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), licenciado e atual ministro da Pesca.

O projeto original previa a concessão de financiamento para emissoras que viessem a migrar para o sistema digital de rádio. Em seu voto, porém, o relator observou que o padrão digital a ser utilizado no país ainda não foi escolhido.

— De fato, ainda não há definição sobre o padrão digital de rádio a ser implantado no país. Mesmo assim, em nosso entendimento, a crônica dificuldade de autofinanciamento dessas emissoras justifica a busca de alternativas para sua sustentabilidade — argumenta Walter Pinheiro em seu parecer.



Eduardo Braga e Walter Pinheiro durante reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia



Vanessa destaca preservação da Floresta Amazônica



Em comemoração ao Dia Mundial da Biodiversidade, terça-feira, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou ações

para preservação da Floresta Amazônica. Ela disse que, como amazonense, não poderia deixar a data passar em branco.

A senadora ressaltou a importância de o Congresso aprovar a adesão do Brasil ao Protocolo de Nagoya e citou a promessa do governo federal de lançar, durante a Rio+20, em junho, um instrumento de compartilhamento de informações sobre a Floresta Amazônica.

Lopes diz que Rio+20 pode ser um marco do desenvolvimento



A conferência Rio+20 pode ser um marco para definir como prioridade mundial a busca do desenvolvimento sustentável,

disse Eduardo Lopes (PRB-RJ).

— É possível estabelecer uma realidade econômica sustentável de longo prazo — afirmou.

Para Lopes, o crescimento do PIB não é suficiente para medir o avanço real do país.

— Se as tendências atuais não forem alteradas, os limites para o crescimento no planeta serão atingidos em algum momento nos próximos 100 anos — disse o senador.

Eunício pede pressa no socorro a vítimas da seca

Eunício Oliveira (PMDB-CE) criticou ontem a burocracia dos órgãos governamentais e pediu pressa no socorro à população do Nordeste atingida pela seca, considerada a pior dos últimos 30 anos. Ele classificou a situação como degradante.

— A sede e a fome não esperam. É fundamental que técnicos dos ministérios apresentem a mesma sensibilidade que demonstrou Dilma Rousseff — disse.

O senador avaliou que a ajuda de R\$ 400 do bolsa-estágio, anunciada pelo governo, já deveria estar sendo paga às famílias rurais, mas técnicos do Ministério da Integração avisaram que “ainda estão normatizando as regras para a colocação de 5 mil caminhões-pipa”.



Entre Tolmasquim (E) e o senador Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral diz que é preciso discutir melhor a geração de energia

Belo Monte livra país de 19 térmicas, avalia governo

Presidente da Empresa de Pesquisa Energética disse ontem, no Senado, que país precisa de Belo Monte para continuar crescendo e que alternativa seriam as termelétricas, mais prejudiciais ao meio ambiente

A ALTERNATIVA ENERGÉTICA à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, seria a instalação de 19 usinas termelétricas a gás natural, muito mais poluentes. A comparação foi feita ontem por Mauricio Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Ele participou de debate na Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte, cujo impacto socioambiental é fonte de polêmica.

Ao defender a hidrelétrica, Tolmasquim disse que as 19 usinas térmicas gerariam a cada ano cerca de 19 milhões de toneladas de gás carbônico, um dos causadores do efeito estufa.

Também mencionou a expectativa de que, nos próximos anos, a economia brasileira cresça em média 5% anualmente. Com isso, afirmou, o

Sistema Interligado Nacional (SIN), que distribui a energia pelo país, terá de expandir sua capacidade instalada em mais de 50% em dez anos.

Membro da diretoria do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), István Gárdos concordou com Tolmasquim. Para ele, a sociedade tem de decidir entre o impacto ambiental provocado por usinas hidrelétricas e a poluição causada pelos gases poluentes das térmicas.

Tolmasquim informou que o projeto de Belo Monte será encarecido em até R\$ 3 bilhões para atender demandas ambientais e de comunidades indígenas.

— Para não inundar os locais onde vivem cerca de 225 índios, será construído um canal que custará cerca de R\$ 2 bilhões — disse, acrescentando que Belo Monte vai beneficiar 60 milhões de pessoas.

O presidente da EPE explicou que, para reduzir os

impactos socioambientais de Belo Monte, a usina não será capaz de gerar seu potencial, que seria de 11 mil megawatts. Ele observou que uma das restrições respeitadas foi a não construção de grandes reservatórios de água a montante da usina (antes da barragem).

Com o mesmo raciocínio, o representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Hélio Neves Guerra assinalou que, “para atender demandas sociais, houve sacrifícios quanto à energia que poderia ser gerada”.

No entanto, a adoção do modelo a fio d’água — cuja energia é gerada com o fluxo da água do rio — preocupa. István Gárdos, do ONS, alertou para a dependência do regime de chuvas.

— Se for mantido esse modelo, será necessário recorrer a termelétricas. É preciso discutir as opções — acrescentou Delcídio do Amaral (PT-MS), relator da subcomissão.

Subcomissão vai elaborar marco para terras raras

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem requerimento de Luiz Henrique (PMDB-SC) para a criação de uma subcomissão que elabore projeto de novo marco legal para a exploração das chamadas terras raras (minerais que apresentam propriedades úteis para aplicação industrial em alta tecnologia).

Ao defender sua proposta, Luiz Henrique exemplificou que as terras raras são indispensáveis para a produção de ímãs permanentes, usados na produção de secadores de cabelo a equipamentos de ressonância magnética e tomografia computadorizada.

— É fundamental que estabeleçamos um marco regulatório de mineração e exploração de terras raras, a fim de que possamos estar presentes nesse processo tecnológico de alta complexidade, desde a mineração e seleção até a produção de materiais como os ímãs permanentes — disse Luiz Henrique, que contou com o apoio de Anibal Diniz (PT-AC), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Eduardo Lopes (PRB-RJ).



Luiz Henrique propõe criação de subcomissão sobre os minerais

“Amazônia precisa do fortalecimento da OTCA”

O Congresso precisa ajudar na divulgação e no fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), pediram representantes da entidade, em audiência pública conjunta das comissões de Relações Exteriores (CRE) e Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC). Criada em 1995, a OTCA visa implantar os princípios do tratado em defesa da preservação do meio ambiente e do uso racional dos recursos naturais da Amazônia, assinado em 1978. É composta por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

O diretor do Departamento da América do Sul II do Ministério das Relações Exteriores, Clemente Baena, disse que a OTCA ainda é desconhecida mesmo dentro da Amazônia.

— Estamos esperando a assinatura, durante a Rio+20,

do primeiro grande projeto da OTCA, custeado pelo Fundo da Amazônia, do BNDES, que fará o monitoramento do desmatamento na região e o compartilhará com as oito nações interessadas — disse.

O projeto será o primeiro de uma agenda estratégica elaborada pela OTCA em novembro de 2011, no Compromisso de Manaus. O presidente da Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica, Horácio Sevilla

Borja, explicou que, além de provar que são capazes de cuidar da Amazônia, os países da OTCA têm dois outros desafios: investir em conhecimento científico e promover o desenvolvimento sustentável da região. Os participantes disseram à Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), autora do requerimento da audiência, que o Congresso pode oferecer respaldo político à OTCA e ajudá-la a conquistar autonomia financeira.



Senador Sérgio Souza, deputado Márcio Macêdo e Horácio Sevilla Borja

Blairo: Mato Grosso é o maior produtor de grãos do país

“Mesmo sendo um dos estados que menos recebe recursos da União, Mato Grosso é o maior produtor de grãos do país, e o segundo estado que mais contribui para a pujança do agronegócio nacional, depois de São Paulo”, disse Blairo Maggi (PR-MT).

O senador afirmou que seu estado necessita de mais investimentos federais em infraestrutura, principalmente em transportes, e de incentivos aos produtores. Segundo o Ministério da Agricultura, o faturamento da atividade agrícola no país está projetado para R\$ 211 bilhões em 2012, sendo que R\$ 27,8 bilhões devem vir de Mato Grosso, informou.



Márcio Kolumbe/Agência Senado